



# BOAS PRÁTICAS

## “Por favor, não roube o meu trabalho”

Estudantes e pesquisadores da Dinamarca denunciam apropriação indevida de ideias e criticam estímulo para publicar a qualquer custo

**D**enúncias de um tipo específico de má conduta – a apropriação indevida de ideias, dados e trabalho intelectual de estudantes e jovens pesquisadores por seus orientadores ou chefes – desencadearam uma mobilização na comunidade científica da Dinamarca para mudar regras de gestão e de financiamento da pesquisa no país. Uma petição com mais de 2 mil assinaturas lançada há dois meses por membros da Real Academia Dinamarquesa de Ciências defende uma reforma na legislação que rege as universidades com o objetivo de ampliar a liberdade acadêmica e os investimentos em ciência básica.

De acordo com os signatários, a hierarquia rígida estabelecida pela Lei das Universidades, de 2003, a disputa por recursos para pesquisa e as normas de promoção na carreira que valorizam a publicação de um grande volume de artigos estão na raiz dos casos de má conduta em evidência no país, como a apropriação de ideias sem dar crédito a seus criadores ou ainda a inclusão, no rol de autores de artigos produzidos por estudantes e jovens doutores, de pessoas que não contribuíram para o seu conteúdo. “É uma violação radical

das regras de boas práticas científicas se colocar como autor de um artigo sem ter participado substancialmente de sua elaboração”, destacou um dos artífices da petição, o sociólogo Heine Andersen, professor emérito da Universidade de Copenhague, ao site dinamarquês Science Report. Segundo Andersen, alunos de doutorado, estagiários de pós-doutorado e funcionários temporários, que respondem por dois terços da força de pesquisa das universidades, formam o grupo mais vulnerável a abusos perpetrados por orientadores e superiores hierárquicos.

Casos de usurpação de trabalho intelectual não são raros na Dinamarca, como demonstrou a cientista política Maria Toft, que faz doutorado na Universidade de Copenhague. No início do ano, ela lançou na internet a campanha #pleasedontstealmywork (por favor, não roube o meu trabalho), a fim de coletar relatos de abusos. Ela própria sofreu uma situação desse tipo, que denunciou publicamente: foi pressionada a ceder a posição de autor principal de um artigo que havia escrito para um pesquisador mais experiente.

A iniciativa já coleciona 120 depoimentos anônimos com experiências perturbadoras. Em comum, os testemunhos envolvem a frustração de alunos e jovens cientistas com a apropriação irregular de seu esforço intelectual. Em alguns casos, o desvio ético busca atender a interesses de chefes ou colegas. “Escrevi um artigo de revisão com outro estudante. A certa altura, fomos informados de que uma estagiária de pós-doutorado do grupo que concorria a um emprego também iria assinar o *paper*”, diz um dos relatos. “Sua contribuição foi ler o manuscrito e sugerir referências adicionais, mas ela se tornou a segunda autora e isso a ajudou a conseguir o emprego.”

Um doutorando relatou que, depois de concluir a redação de um artigo científico sobre os resultados de seu projeto, viu o orientador acrescentar na lista de autores nomes de pesquisadores estrangeiros, que não tinham nenhuma relação com o estudo. “Na minha opinião, foi um caso claro de intercâmbio de autoria, pois o nome do meu professor também foi visto em muitos trabalhos posteriores publicados por essa equipe do exterior.”

Em outro exemplo, um estudante contou que o orientador escreveu um artigo científico integralmente baseado em sua dissertação de mestrado. O nome do aluno, contudo, só foi incluído nos agradecimentos do *paper*. “Fiz mais da metade do trabalho computacional envolvido no artigo”, afirmou. Também há relatos em que a contribuição do pesquisador em início de carreira foi escamoteada sob o pretexto de que sua presença atrapalharia a busca por financiamento. Um recém-doutor ficou entusiasmado ao receber a missão de elaborar um projeto a ser apresentado

a agências de fomento por três cientistas seniores. Depois de escrever o projeto praticamente sozinho, o que incluiu uma análise qualitativa da literatura e elaboração do orçamento, ele teve seu nome removido da proposta. A justificativa era de que a agência a que o projeto seria submetido só permitia a inclusão de três solicitantes e optou-se por colocar os nomes dos pesquisadores mais experientes a fim de aumentar as chances de aprovação.

**R**elatos de desentendimentos foram igualmente frequentes. Um aluno de doutorado contou que, em um pedido de patente de um protótipo de cujo desenvolvimento participou, a extensão de sua contribuição foi minimizada. Ele exigiu o reconhecimento adequado e acabou sendo atendido. A relação com colegas e superiores, contudo, azedou. O orientador insinuou que poderia retaliar, criando embaraços em documentos relacionados à tramitação do doutorado do estudante.

“Reunir mais de uma centena de indivíduos contando suas histórias em um país tão pequeno como a Dinamarca sugere que a situação não é excepcional”, disse Toft à revista *Times Higher Education (THE)*. “Isso não acontece porque os professores são maus. É um sintoma de uma cultura de pesquisa na qual eles são forçados a competir uns contra os outros e o volume de publicações é mais importante que sua qualidade.”

A campanha foi abraçada por entidades científicas e pelas principais universidades dinamarquesas. “Em vez de tratar o tema como uma mazel de acadêmicos velhos e preguiçosos, Toft se concentrou em questões estruturais, como a pressão para publicar resultados em quantidade e prazos irrealistas ou as fraquezas de líderes de grupos de investigação quando se trata de proteger os membros mais vulneráveis”, afirmou Ole Wæver, docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Copenhague e chefe do comitê de políticas de pesquisa da Real Academia Dinamarquesa de Ciências. “A governança demasiadamente hierarquizada nas universidades e regras tolas de financiamento incentivam a má conduta”, disse ele à *THE*.

Luisa Hedler, presidente da Associação Rede de Doutores da Dinamarca (Pand), que ajudou a coordenar a campanha, disse que a iniciativa pretende dar mais confiança para estudantes de doutorado e jovens pesquisadores em um momento suscetível de suas trajetórias acadêmicas. “Os alunos devem se sentir seguros ao participar de colaborações. Não é justo que temam compartilhar dados e ideias com colegas por medo de serem roubados”, disse ela ao jornal *University Post*, ligado à Universidade de Copenhague. ■

Fabício Marques

## Três décadas de estudos sobre integridade científica


**P**esquisadores da Universidade Tecnológica de Nanyang (NTU), em Singapura, analisaram trabalhos sobre integridade e ética em pesquisa publicados entre 1990 e 2020 e, em um artigo publicado em junho na revista *Scientometrics*, mostraram como a produção desse campo do conhecimento floresceu e evoluiu nas últimas três décadas. De acordo com o *paper*, coordenado pelo cientista de materiais Michael Khiam Aik Khor, diretor do Escritório de Recrutamento de Talentos, Apoio à Carreira e Análise Bibliométrica da NTU, foram compilados registros de 9.742 artigos na plataforma Dimensions, envolvendo estudos sobre plágio, falsificação, protocolos de pesquisa, entre vários outros tópicos. A quantidade de trabalhos publicados cresceu a uma taxa de 12,5% ao ano no período – foram 1.265 em 2020 ante apenas 37 em 1990.

Tanto em números absolutos quanto em proporção da produção científica geral, foi crescendo ao longo do tempo a presença de artigos em cooperação internacional. Em 2020, 30% das publicações tinham autores de mais de um país – em 2015, eram 20%, e em 2010 cerca de 10%. As colaborações, contudo, foram pouco extensas e mobilizavam poucas nações. As principais parcerias compreenderam pesquisadores dos Estados Unidos com colegas do Reino Unido ou do Canadá. Entre 2007 e 2020, cresceu oito vezes o número de colaborações entre países ricos e de renda média, de acordo com os dados obtidos pela NTU. Praticamente não foram registradas colaborações entre países de renda baixa.

Nações de renda alta foram responsáveis pela maioria dos artigos e das colaborações internacionais. No ranking de países com mais publicações, os Estados Unidos lideram com 2.444 *papers*, sendo

quase alcançado pelo Reino Unido. Em um segundo pelotão, aparecem Canadá, Austrália e Brasil e, em um terceiro grupo, despontam Alemanha, África do Sul, Holanda e China.

O perfil da produção do Brasil é bastante peculiar. Embora figure em 5º lugar entre as 30 nações com maior volume de artigos sobre integridade e ética em pesquisa, o país aparece em última posição no ranking dos que mais publicaram por meio de colaborações internacionais. Ocorre que, na contramão da tendência internacional, a maioria dos trabalhos brasileiros foi produzida em língua portuguesa e disseminada em revistas médicas regionais. A conclusão principal do estudo é que há um progressivo amadurecimento da comunidade dedicada à integridade científica, com a disseminação pelo mundo de padrões internacionais de ética e conduta responsável.



## Princeton demite linguista, que alega perseguição

**A** Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, demitiu o linguista Joshua Katz, que integrava o seu corpo docente desde 1998. O Conselho de Administração da instituição informou que a saída se deveu a um relacionamento sexual consensual que Katz teve com uma estudante em 2005, o que constitui violação de conduta em Princeton. Como havia sido julgado pelo mesmo caso em 2018 e punido com uma licença não remunerada de um ano, o pesquisador acusou a universidade de omitir o que seria a verdadeira motivação para a demissão.

Em 2020, ele se opôs publicamente a uma agenda antirracista apresentada por colegas, que exigia da universidade mais investimentos em favor de alunos, docentes e funcionários afrodescendentes. Na ocasião, Katz sugeriu que as medidas, caso fossem implementadas, “levariam a uma guerra civil no *campus* e corroeriam ainda mais a confiança do público na forma como as instituições de ensino superior de elite operam”. Em uma coluna no diário *The Wall Street Journal* após a demissão, Katz se disse vítima de “cancelamento” – termo usado para designar retaliações em redes sociais.

O reitor de Princeton, Christopher Eisgruber, insistiu que a punição se deveu a uma segunda investigação aberta sobre a violação de conduta de 2005, que sanou falhas da primeira. A um grupo de estudantes, Eisgruber afirmou que a universidade está comprometida com a liberdade de expressão, mas também com as regras que protegem alunos da má conduta de professores. Katz trabalha como consultor na recém-criada Universidade de Austin, no Texas, fundada por intelectuais e doadores conservadores.